

Elisa Miranda Costa
(Organizadora)

Bases Conceituais
da **Saúde 3**

 **Atena**
Editora

Ano 2019

Elisa Miranda Costa
(Organizadora)

Bases Conceituais da Saúde

3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

B299 Bases conceituais da saúde 3 [recurso eletrônico] / Organizadora
Elisa Miranda Costa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019.
– (Bases Conceituais da Saúde; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7247-134-3

DOI 10.22533/at.ed.343191502

1. Centro de Atenção Psicossocial – História. 2. Políticas de
saúde mental – Brasil. 3. Reforma psiquiátrica – Brasil – História.
I. Costa, Elisa Miranda. II. Série.

CDD 362.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

DOI O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As Políticas de Saúde Mental no Brasil são marcadas pela criação do primeiro hospício até os fundamentos atuais orientados pelos princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira como processo social complexo, sinalizadas pelo desinstitucionalização no âmbito da loucura e do sofrimento mental. O processo da reforma psiquiátrica no Brasil começou no final da década de 70, no contexto da redemocratização nacional, ou seja, na luta contra a ditadura militar.

Com a ruptura do hospital psiquiátrico, o sujeito deixa de ser reduzido à doença e passa a ser usuário, cidadão que utiliza os recursos públicos. O trabalho dito “terapêutico” dos profissionais que antes se restringia ao espaço manicomial e às atividades de controle e vigilância, agora se amplia para a atuação no território; espaço não apenas administrativo, mas das relações sociais, políticas, afetivas e ideológicas.

A Constituição de 1988 foi um salto importante na história da saúde mental brasileira. A saúde mental passa a ser um eixo dentro da Estratégia de Saúde da Família (ESF). A continuidade, o acolhimento, envolvimento e corresponsabilização dos seus grupos familiares são dispositivos importantes para a desconstrução manicomial.

As experiências dos Caps (Centro de Atenção Psicossocial) e das equipes volantes de psiquiatras, psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais, associados aos profissionais de saúde da ESF abrem o sulco do campo pós-manicomial e contribuem para a clínica comprometida com a vida, com uma subjetividade livre e com uma maneira de existir orientada para justiça social e a liberdade.

Suicídio, depressão, redução da intervenção psiquiátrica, diminuição de mortes por violência e a diminuição do uso patológico de drogas legais e ilegais se constituem hoje como problemas de saúde pública no Brasil e desafios para o SUS (Sistema Único de Saúde). Ao longo deste volume serão discutidos aspectos da Reforma Psiquiátrica no Brasil, os principais desafios da saúde mental, experiências e práticas implantadas na ESF e nos Caps brasileiros.

Elisa Miranda Costa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A UTILIZAÇÃO DE DROGAS PSICOATIVAS E OS PROBLEMAS DE SAÚDE BUCAL NA ADOLESCÊNCIA: UMA REVISÃO DE LITERATURA	
<i>Aline Costa Flexa Ribeiro Proença</i>	
<i>Lucas Lacerda de Souza</i>	
<i>Letícia Nakano Rangel de Oliveira</i>	
<i>Márcia Andrea Macedo do Nascimento</i>	
<i>Hélder Antônio Rebelo Pontes</i>	
<i>Regina Fatima Feio Barroso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3431915021	
CAPÍTULO 2	5
ABSENTEÍSMO POR TRANSTORNOS MENTAIS NA EQUIPE DE ENFERMAGEM: REVISÃO INTEGRATIVA	
<i>Thassia Thame de Moura Silva</i>	
<i>Anna Claudia Lins Silva</i>	
<i>Dayseane Cintia de França Santos</i>	
<i>Ana Márcia Tenório de Souza Cavalcanti</i>	
<i>Cândida Maria Rodrigues dos Santos</i>	
<i>Luciana Pedrosa Leal</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3431915022	
CAPÍTULO 3	18
ALTERAÇÕES NEUROPSIQUIÁTRICAS NA DOENÇA DE PARKINSON: DEPRESSÃO, APATIA E OS EFEITOS DA PRÁTICA DE DANÇA	
<i>Inara Priscylla Rodrigues Machado</i>	
<i>Viviane Kharine Teixeira Furtado</i>	
<i>Carlomagno Pacheco Bahia</i>	
<i>Lane Viana Krejčová</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3431915023	
CAPÍTULO 4	34
AS DIFICULDADES REFERENTES AO CUIDADO E OS RECURSOS ADAPTATIVOS UTILIZADOS PELOS CUIDADORES DOS PACIENTES COM DOENÇA MENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
<i>Vaneska Tainá Pinto Barbosa</i>	
<i>Erika Marcilla Sousa de Couto</i>	
<i>Paolla Sabrina Rodrigues de Souza</i>	
<i>Sávio Felipe Dias Santos</i>	
<i>Nataly Yuri Costa</i>	
<i>Divane de Vargas</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3431915024	
CAPÍTULO 5	39
ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO HOSPITALAR NUMA EQUIPE DE CUIDADOS PALIATIVOS	
<i>Natalya Lima de Vasconcelos</i>	
<i>Camila Batista Nóbrega Paiva</i>	
<i>Ericka Barros Fabião no Nascimento</i>	
<i>Luziane Juzi Carvalho de Alencar Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3431915025	

CAPÍTULO 6 44

ATUAÇÃO DE ENFERMAGEM NOS CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS): UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Lidianny do Nascimento Gonçalves Braga
Lenice Bernardo dos Santos Cantalice

DOI 10.22533/at.ed.3431915026

CAPÍTULO 7 53

AUTOAGRESSÃO VERSUS COMPORTAMENTO SUICÍDA

Lethicia Araujo Cordeiro
Marcella Marinho Ribeiro
Yasmin Consolação de Lima Silva
André Luiz Xavier Canevaroli
Pedro Henrique Pacheco Monteiro
Claudio Herbert Nina e Silva

DOI 10.22533/at.ed.3431915027

CAPÍTULO 8 60

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NOS INDIVÍDUOS APÓS CIRURGIA BARIÁTRICA: UMA REVISÃO DOS ESTUDOS

Gracielle Malheiro dos Santos
Leonídia Aparecida Pereira da Silva
Alessandro Dutra Bezerra
Ayrton de Queiroz Alves Barros
Bárbara Velluma Soares de Azevedo
Monilly Ramos Araújo Melo

DOI 10.22533/at.ed.3431915028

CAPÍTULO 9 72

CARACTERÍSTICAS DO USO DE BENZODIAZEPÍNICOS POR PACIENTES ATENDIDOS NA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA DJALMA DE HOLANDA CAVALCANTE EM RECIFE-PE

Pablo Nunes Teles de Mendonça
Leonardo José Vieira Queiroz Filho
Antonio Malan dos Santos Nascimento
Tássio Martins de Oliveira
Domingos Sávio Barbosa de Melo

DOI 10.22533/at.ed.3431915029

CAPÍTULO 10 83

CENTRO DE ATENÇÃO PSSICOSSOCIAL DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS: ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Silvana Cavalcanti dos Santos
Gabriela Ferraz dos Santos
Marina Edileusa da Silva
Sílvia Camêlo de Albuquerque
Robervam de Moura Pedroza

DOI 10.22533/at.ed.34319150210

CAPÍTULO 11 93

CYBERLOAFING: IMPLICAÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Neiva Claudete Brondani Machado
Janine Goldschmidt de Avila
Andressa Peripolli Rodrigues
Rita Fernanda Monteiro Fernandes
Margot Agathe Seiffert
Marieli Terezinha Krampe Machado

DOI 10.22533/at.ed.34319150211

CAPÍTULO 12 102

DEPRESSÃO NO CLIMATÉRIO: RELAÇÃO ENTRE FATORES BIOLÓGICOS E PSICOLÓGICOS

Viviane Maia Santos
Júlia Colares
Alenice Aliane Fonseca
Ronilson Ferreira Freitas
Marina Colares Moreira
Alice Angélica S.R.C Moreira
Josiane Santos Brant Rocha

DOI 10.22533/at.ed.34319150212

CAPÍTULO 13 113

EXPERIENCIANDO A TERAPIA COMUNITÁRIA NO CONTEXTO DA RIS: REPERCUSSÕES DA TCI PARA RESIDENTES E TERRITÓRIO

Emanuella Cajado Joca
Francisca Lilliane Torres da Silva
Juliana Reis Lima
Clarissa Dantas de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.34319150213

CAPÍTULO 14 120

FAMÍLIA: O OLHAR DO CAPS II “LUGAR POSSÍVEL” DR. JORGE NISSIIDE TOLEDO – PR PARA O CUIDADOR DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL SEVERO E PERSISTENTE

Inês Terezinha Pastório
Rosangela Aparecida Pereira
Marli Renate vonBorstel Roesler

DOI 10.22533/at.ed.34319150214

CAPÍTULO 15 129

PREVENÇÃO E IDENTIFICAÇÃO PRECOCE DA DEPRESSÃO PÓS-PARTO

Daniel Ferreira Moraes de Sousa
Adriana Cristhian Cardoso Sobrinho
Daniela Alarcão de Oliveira
Marcelo de Freitas Ribeiro
Lara Cândida de Sousa Machado

DOI 10.22533/at.ed.34319150215

CAPÍTULO 16 132

MANUAL DE PRÁTICAS DA PSICOLOGIA EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

Camila Batista Nóbrega Paiva
Natalya Lima de Vasconcelos
Luziane Juzi Carvalho de Alencar Silva
Isabelle Tavares Amorim

DOI 10.22533/at.ed.34319150216

CAPÍTULO 17 141

QUALIDADE DE VIDA DE CUIDADORES DE IDOSOS DEPENDENTES INTERNADOS EM UM HOSPITAL DE ENSINO EM BELÉM-PA

Fernanda Oliveira Serrão
Elenilce Pereira de Carvalho
Elisângela de Macedo Maués
Adrielle Aguiar de Carvalho
Rozinéia de Nazaré Alberto Miranda

DOI 10.22533/at.ed.34319150217

CAPÍTULO 18 146

RECAÍDA PARA O USO DE CRACK: ESTUDO QUALITATIVO

Valéria Cristina Silva de Oliveira
Rosemeri Siqueira Pedroso

DOI 10.22533/at.ed.34319150218

CAPÍTULO 19 155

SOBRECARGA DE CUIDADORAS DOMICILIARES DE PESSOAS ACOMETIDAS POR ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL E ENCEFÁLICO

Josefa Cláudia Borges de Lima
Michelly Guedes de Oliveira Araújo
Camila Grangeiro de Lima
Rosilene Santos Baptista

DOI 10.22533/at.ed.34319150219

CAPÍTULO 20 164

A GÊNESE BIOFÍSICA DA MEMÓRIA E SEU CAMPO DE INTERAÇÃO COM A FILOSOFIA

Arnaldo Pinto Guedes de Paiva Neto

DOI 10.22533/at.ed.34319150220

CAPÍTULO 21 175

ADOLESCER E GESTAR: PERCEPÇÕES DE GRÁVIDAS ADOLESCENTES SOBRE O PARTO E PUÉRPERIO

Anny Mayara de Araújo Oliveira
Maria Josenilda Félix Sousa Antunes
Luciana Dantas de Farias
Cinthia Caroline Alves Marques
Gigliola Marcos Bernardo de Lima

DOI 10.22533/at.ed.34319150221

CAPÍTULO 22 184

DO PRECONCEITO À INVISIBILIDADE: UMA REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A HOMOSSEXUALIDADE FEMININA NO ÂMBITO DA SAÚDE

Maria Alice Miranda Fortes
André Augusto Dias Silveira
Emerson Souza Versiani Mendes
Ludmila Cotrim Fagundes
Luiz Felipe Lopes Campos
Luciana Tonette Zavarize

DOI 10.22533/at.ed.34319150222

CAPÍTULO 23 189

O EMPODERAMENTO É UMA PORTA QUE SÓ ABRE POR DENTRO(?): RELATO DE EXPERIÊNCIA DO SIGNIFICADO DO ALEITAMENTO MATERNO PARA AS MULHERES E SUAS INFLUÊNCIAS NO DESMAME PRECOCE

Renata di Karla Diniz Aires
Idehize Oliveira Furtado Lima
Ticianne Alcantara de Oliveira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.34319150223

CAPÍTULO 24 193

ORIENTAÇÕES SOBRE ALEITAMENTO MATERNO PARA PUÉRPERAS EM UM HOSPITAL DE REFERÊNCIA NO ESTADO DO PARÁ

Helloyza Halana Fernanda Aquino Pompeu
Sara Negreiros Santos
Evelym Cristina da Silva Coelho
Letícia Pamela Garcia Ribeiro
Vanessa de Oliveira Santos

DOI 10.22533/at.ed.34319150224

CAPÍTULO 25 198

PERCEPÇÃO DAS GESTANTES RELACIONADAS ÀS ALTERAÇÕES ANÁTOMO - FISIOLÓGICAS - PSICOLÓGICAS NA GRAVIDEZ

Priscila da Silva Barbosa
Juliana Lerche Vieira Rocha Pires
Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.34319150225

CAPÍTULO 26 210

SIGNIFICADOS DE FAMILIARES SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO PARCEIRO NA ASSISTÊNCIA PRÉ-NATAL

Michelle Araújo Moreira
Juliana Oliveira de Castro

DOI 10.22533/at.ed.34319150226

CAPÍTULO 27 225

PERCEPÇÃO DO PACIENTE SURDO NOS ATENDIMENTOS EM SERVIÇOS DE SAÚDE: REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Sintya Gadelha Domingos da Silva
Amanda de Alencar Pereira Gomes
Jonathan Emanuel Lucas Cruz de Oliveira
Clístenes Daniel Dias Cabral
Débora Taynã Gomes Queiróz

DOI 10.22533/at.ed.34319150227

CAPÍTULO 28 233

VESTÍGIOS DE ABORDAGENS MANICOMIAIS ARRAIGADAS EM SERVIÇO INSTITUÍDO PELA REFORMA PSIQUIÁTRICA

Vitória Chaves de Souza Dantas de Barros

DOI 10.22533/at.ed.34319150228

SOBRE A ORGANIZADORA..... 237

ADOLESCER E GESTAR: PERCEPÇÕES DE GRÁVIDAS ADOLESCENTES SOBRE O PARTO E PUÉRPERIO

Anny Mayara de Araújo Oliveira

Enfermeira. Universidade Federal de Campina Grande, anny.mayara@hotmail.com

Maria Josenilda Félix Sousa Antunes

Enfermeira. Universidade Federal de Campina Grande, mariajosenilda@gmail.com

Luciana Dantas de Farias

Professora Adjunta. Universidade Federal de Campina Grande, Luciana.dantas.farias@gmail.com

Cinthia Caroline Alves Marques

Universidade Federal de Campina Grande

Gigliola Marcos Bernardo de Lima

Professora Adjunta. Universidade Federal de Campina Grande, gigliolajp@hotmail.com

RESUMO: Este artigo foi fruto de um trabalho de conclusão de curso que tinha por objetivo conhecer e analisar a percepção de adolescentes grávidas sobre o parto e puerpério, teve como objetivos específicos caracterizar o perfil sócio demográfico e gineco-obstétricos das colaboradoras, identificar os meios de informação sobre parto e puerpério que as adolescentes tiveram acesso e apreender os medos, ansiedades e dúvidas sobre parto e puerpério nas perspectivas das adolescentes. Consta de uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa, com uma amostra de dez adolescentes grávidas que estavam realizando

pré-natal nas unidades básicas de saúde da zona urbana do município de Cuité-PB. Os resultados foram organizados e analisados segundo a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo de Lefèvre e Lefèvre. Os discursos das colaboradoras revelaram um conhecimento frágil sobre parto e puerpério, muitas das adolescentes relacionaram o parto a um momento de muita dor e o puerpério um período cansativo, no qual elas estão susceptíveis a adoecer definitivamente. As informações obtidas pelas colaboradoras a respeito da temática advêm, em sua maioria, de familiares e amigos e são baseadas em crenças populares. No que concerne, as informações repassadas durante o pré-natal, observa-se um conhecimento incompleto e fragmentado o que não ajuda as mesmas a emponderar-se dessa nova condição. De forma geral, conclui-se que a assistência oferecida a esse grupo ainda tem muito o que se avançar e que é preciso uma capacitação para que as informações repassadas para estas sejam oferecidas de maneira clara e objetiva, além da criação de um grupo de gestantes no qual elas possam compartilhar experiências, medos, angústias e assim alguns mitos possam ser esclarecidos. Dessa forma, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para a melhoria da assistência oferecida a adolescentes grávidas no município e para enriquecer à literatura

sobre esta temática.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescência, gravidez na adolescência, pré-natal.

1 | INTRODUÇÃO

A adolescência compreende uma fase de transição da infância para vida adulta marcada por inúmeras transformações no desenvolvimento físico, mental, social e psicológico.¹ O Ministério da Saúde considera adolescente os indivíduos entre 10 e 24 anos enquanto que o Estatuto da Criança e do Adolescente afirma que está é a fase entre os 12 e 18 anos incompletos (BRASIL, 1990; BRASIL, 2010).

De acordo com o Censo Demográfico de 2010 a população brasileira vem sofrendo uma importante modificação em sua conformação demográfica, os dados demonstram uma desaceleração no crescimento da população adolescente acompanhado de um aumento no número de idosos, contudo, a faixa etária entre 10 e 19 anos representam cerca de 24 % da população brasileira, certificando que mesmo em ritmo desacelerado a população adolescente continua a crescer (IBGE, 2010).

Dentre os vários fenômenos ocorridos na adolescência, a puberdade engloba as mudanças consideradas mais importantes, seu início varia em ambos os sexos podendo ser interferido por fatores nutricionais, familiares e étnicos. Esta se refere ao período de mudanças morfológicas e fisiológicas que são partes de um processo contínuo e dinâmico, iniciado durante a vida intrauterina e terminado com o completo desenvolvimento ósseo e com a maturação das características sexuais e reprodutivas (EISENTEIN, 2005).

Neste contexto, a sexualidade na adolescência é vista como a mudança mais preocupante desta faixa etária devido ao conhecimento insuficiente acerca da temática o que impede que esses adolescentes a desenvolva de maneira saudável os expõem a consequências como infecções sexualmente transmissíveis, aborto, gravidez não-planejada e abuso sexuais (MORAES; VITALE, 2012; TAY, 2013).

As adolescentes iniciam a vida sexual em média aos 17 anos, sendo as meninas sexualmente ativas primeiro que os meninos, estas são responsáveis por 20% dos nascidos vivos no país, devido à faixa etária e ao corpo ainda em desenvolvimento físico e mental, essas adolescentes grávidas são consideradas um grupo de risco devido a maior probabilidade de ocorrer problemas de saúde com si mesma e em seus filhos (FERREIRA; TORRALBA, 2011).

Diante do exposto entende-se a importância de pesquisas voltadas a interface entre gravidez e adolescência devido ao elevado índice de gravidez na adolescência no Brasil, de acordo com os dados do IBGE. Assim, apesar deste constituir um tema discutido entre profissionais de saúde e sociedade em geral pouco se sabe sobre a concepção de adolescentes grávidas sobre o parto e puerpério.

2 | OBJETIVOS

Esta pesquisa tem por objetivo conhecer e analisar a concepção de adolescentes grávidas sobre o parto e o puerpério.

3 | METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza descritiva com abordagem quanti-qualitativa, realizada nas Unidades de Saúde da Família (USF) da zona urbana do município de Cuité, Paraíba. A atenção básica do município é organizada em nove USF, destas cinco se encontram na zona urbana atendendo cerca de 12 mil pessoas.

Participaram da pesquisa 10 adolescentes grávidas cadastradas nas Unidades de Saúde da Família, levando em consideração a faixa etária de 12 a 18 anos como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu art. 5 (BRASIL, 1990). Para tal, foram critérios de inclusão: estar gestante e em faixa etária adolescente, estar devidamente cadastrada nas USF da zona urbana do município de Cuité-PB, estar realizando acompanhamento pré-natal regularmente, ter saúde mental preservada e ter o consentimento dos pais para participar da pesquisa através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa do Hospital Universitário Alcides Carneiro e iniciada após emissão do parecer de número 1.404.209 e CAAE: 51777715.0.0000.5182, de acordo com o que estabelece a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Os dados foram coletados nos meses março e abril de 2016 por meio de um roteiro semiestruturado de entrevistas, gravadas e transcritas, a identidade das colaboradas foi mantida em sigilo. Os dados foram organizados e analisados de acordo com a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo e da literatura pertinente (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005).

4 | RESULTADOS E DISCURSSÃO

Os dados obtidos nessa pesquisa foram coletados a partir de dez entrevistas realizadas com adolescentes grávidas, através de um roteiro de entrevista do tipo semiestruturado, na zona urbana do município de Cuité-PB. Primeiramente foi realizado visitas as Unidades Básicas de Saúde da Família (UBSF) para apresentar às gestantes o estudo e selecionar aquelas que atendessem aos critérios de inclusão do mesmo.

Dessa forma, as entrevistas foram organizadas nos dias de consultas de pré-natal, contando com a colaboração de todos os funcionários das unidades de saúde, bem como das participantes do estudo e de seus responsáveis.

As colaboradoras deste estudo possuíam faixa etária entre de 14 e 18 anos, destas 50% não concluíram o ensino médio e 30% relataram não ter concluído o ensino fundamental. No que concerne ao estado civil a maioria considera-se em uma união estável, em relação a moradia 70% vive com o parceiro e em sua maioria vive com renda familiar inferior a 1 (um) salário mínimo.

Corroborando com os dados da pesquisa, o Ministério da Saúde (2011) afirma que cerca de 19,3% das crianças nascidas vivas em 2010 eram filhas de mulheres de 19 anos ou menos, 2,8% das meninas entre 12 e 17 anos já tiveram filhos, destas somente 38% fizeram pré-natal. No Brasil o casamento e a união estável na adolescência são vistos como uma saída para jovens sexualmente ativas escaparem do estigma da sociedade e de possuir uma garantia de seguro financeiro para o futuro, em outros casos a união antes dos 20 anos é ocasionada pela própria gestação não-planejada (NERY, et al, 2011).

Adolescentes casadas e com filhos possuem maior probabilidade de abandonar os estudos se comparadas a adolescentes sem filhos, fato que é explicado pelo ingresso precoce no mercado de trabalho e pelas responsabilidades assumidas diante dos cuidados à uma criança, tal conjuntura que limita as oportunidades oferecidas a essa jovem, ocasiona uma queda no orçamento familiar e maior dependência dos pais e do parceiro, contribuindo para uma pauperização das famílias (DIAS; et al, 2011; NERY; et al, 2011)..

Quanto aos gineco-obstétricos das colaboradoras observou-se que a idade da menarca variou de 11 a 14 anos, com média de 12 anos, enquanto que o início da atividade sexual variou de 11 a 17 anos com uma média de 14 anos. A maioria das entrevistadas já fez uso de um algum contraceptivo, sete das entrevistadas estavam na primeira gestação e destas três relataram ter planejado a gestação com intuito de se afirmar como um ser adulto e solidificar a relação com o parceiro.

A adolescência traz consigo o desenvolvimento da puberdade junto com ela surge a menarca para as meninas que ocorre entre os 11 e 13 anos, em alguns casos pode ocorrer antes ou depois desta faixa etária. O que se tem observando nos últimos anos é a idade da menarca cada vez mais precoce, influenciada por fatores ambientais e hereditários, apontando que o corpo está pronto para a capacidade reprodutiva. Desta maneira, a menarca é um importante fator capaz de estimular o início da atividade sexual precoce, contudo é errôneo afirmar que a mesma sozinha seja responsável pela a introdução destas adolescentes na atividade sexual (FILHO; et al, 2011; SILVA, 2011).

Os mesmos autores afirmam que a permissividade com o que o sexo é mostrado nos dias atuais pelos meios de comunicação, a facilidade no acesso aos anticoncepcionais associada a curiosidade e a rebeldia na adolescência criam no imaginário destes a condição ideal para o início de uma atividade sexual precoce, que por consequência pode gerar uma gravidez não-planejada e/ou infecções sexualmente transmissíveis.

Quando questionadas sobre o que entendiam por parto, a maioria das

colaboradoras referiram que parto é um instante de muita dor, apenas duas das colaboradoras lembraram de parto como um momento que remete a vida.

Corroborando com o que Mota et al (2011) relata em seu estudo realizado em Maracanaú, estado do Ceará, que a maioria das adolescentes entrevistadas relaciona parto como sinônimo de dor. A autora afirma que o medo da dor do parto e de não “dar conta” é gerado pelo fato da adolescente está vivenciando uma experiência nova acarretando preocupação e experiência negativa.

Pereira, Franco e Baldin (2011) reiteram que o medo da dor do trabalho de parto e a falta de informação sobre a parturição provoca nas mulheres, independente da faixa etária, o desejo de evitar tal sofrimento influenciando diretamente na sua escolha pela via de parto.

Em contrapartida, as adolescentes que já passaram pela experiência de uma gravidez anterior e/ou planejaram a gestação atual associam o parto à um momento de dar a vida rodeado por felicidade e expectativas. Contudo, a maioria das primigestas adolescentes não possui informações coerentes sobre o parto, logo, o entendimento de parto como sinônimo de dor pode interferir diretamente no enfrentamento dessas adolescentes no processo de parturição.

As entrevistadas foram indagadas sobre o interesse das mesmas em buscar informações sobre o parto e puerpério, a maioria demonstrou maior interesse em saber sobre o puerpério por acreditar que este é o período de maior mudança e cuidado do ciclo gravídico-puerperal. As colaboradoras também afirmaram em seus discursos que a maioria das informações sobre o parto e puerpério foram repassadas por familiares e amigos e que quase nenhuma informação sobre parto foi repassada nas consultas de pré-natal.

A gestação em qualquer fase da vida é observada como um período de mudanças na vida da mulher, sejam mudanças em seu papel social ou em sua própria personalidade, assim, todas as informações recebidas neste período possui um importante papel em como essa mulher enfrentará a gestação, o parto e o puerpério (DIAS; TEIXEIRA, 2010; MOTA et al, 2011).

Como para toda grávida o parto é cercado por medo, insegurança e ansiedade sentimentos advindos de experiência anteriores, informações repassadas por familiares e amigos ou meios de comunicação devido a isso e corroborando com os resultados desta pesquisa Mota et al (2011) afirma que a única maneira das adolescentes grávidas vivenciarem o parto em sua forma real é no momento do nascimento, visto que as informações recebidas por elas são de familiares e amigos, que em sua maioria não são construtivas.

O puerpério é a fase do ciclo gravídico-puerperal de maior vulnerabilidade devido a interligação de fatores biológicos, psicológicos, comportamentais, sociais e econômicos, quando está fase ocorre simultâneo com o período da adolescência torna-se um pouco mais complexa, pois adolescente passará por uma mudança no seu papel social de filha para exercer também o papel materno junto com todas as

suas dificuldades (CABRAL; OLIVEIRA, 2010).

Estudos demonstram que as informações oferecidas as gestantes sobre esse período são prevalentemente oferecidas por seu meio familiar, sendo esta responsável por transmitir crenças, hábitos, atitudes e condutas, cabendo as mulheres da família assumir o papel de aconselhar, apoiar e oferecer cuidado à mulher e ao recém-nascido (STEFANELLO; NAKANO; GOMES, 2008).

O autor anterior corroborando com Teixeira; Mandú (2012) concorda que o fato do puerpério estar tão rodeado de crenças e mitos, torna-se necessário uma orientação especial por meio dos profissionais de saúde sempre respeitando o meio social em que a puérpera está inserida encontrando um meio-termo entre o saber científico e o saber popular.

No que concerne sobre o maior medo das colaboradoras em relação ao parto, estas apresentam um único sentimento, medo de morrer, seja o medo de morrer pela dor do parto natural ou medo de morrer pela anestesia de uma cesariana. Pelos discursos das entrevistadas identificamos uma falta de conhecimento sobre as vias de parto, bem como orientações sobre este assunto.

O medo de morrer durante o parto é comum quando a gestação vai chegando ao final e se soma a outros sentimentos como proteção e medo de perder o filho, em outras pesquisas sobre o mesmo tema as gestantes relatam receio que ocorra alguma complicação durante o parto e elas não consigam ver os filhos tornando o parto uma experiência conturbada. Outras pesquisam apontam que mulheres que têm contato com o filho logo nos primeiros minutos de vida deste tendem a ter experiências positivas sobre o parto (OLIVEIRA; et al, 2010; VELHO; et al, 2012).

Para Silva, et al (2015) o sentimento de medo é o principal empecilho para que as mulheres vivenciem a experiência do parto em sua totalidade e esse receio acontece, em sua maioria pela falta de informações adequadas durante o pré-natal. Oliveira; et al (2010) completa ainda que esse sentimento transforma a alegria e satisfação do parto em momentos de medo e angústia de que ocorra complicações com sua vida ou de seu filho.

Enquanto que sobre o puerpério, as colaboradoras imaginam que este como sendo um período chato, cansativo e cheios de restrições, no qual elas são privadas de suas atividades diária, do qual a maioria relatam o medo de perder a saúde física e mental caso “quebrem o resguardo”.

A concepção sobre o puerpério relatada pelas entrevistadas revela toda uma questão cultural que envolve o pós-parto, os saberes partilhados a cada geração principalmente nas populações menos favorecidas concebem esse período como sendo um momento de recolhimento, de cuidado, de restrições com objetivo de não adoecer de maneira definitiva. Nesta fase, as puérperas adotam cuidados especiais com a alimentação, higiene pessoal, atividade sexual, atividade física e aleitamento materno (STEFANELLO; NAKANO; GOMES, 2008).

Atrelado ao saber popular deve sempre estar os serviços de saúde, com

ênfase na saúde da família, preparando esta adolescente para todo o ciclo gravídico-puerperal fornecendo informações claras e coerentes sobre o assunto, associando quando possível o saber o popular. Dentre as ações destaca-se conversa e troca de experiências entre profissionais e gestantes; gestantes e gestantes, orientações quanto à amamentação e cuidados com o RN, controle da situação de saúde do bebê e da puérpera; promoção do vínculo afetivo do binômio mãe e bebê e deste com o pai, além de orientações quanto ao planejamento familiar (TEIXEIRA; MANDÚ, 2012).

O Ministério da Saúde preconiza que o cuidado com a saúde da mulher e do RN sejam realizados nas primeiras semanas após o parto, através da visita domiciliar e que o retorno destes ao serviço de saúde ocorra de 7 a 10 dias após o nascimento, contudo, as orientações referentes a este período devem ser repassadas durante todo pré-natal e por todos os membros da equipe (BRASIL, 2006).

5 | CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer e analisar o conhecimento das adolescentes grávidas atendidas pelas unidades básicas de saúde da zona urbana do município de Cuité-PB sobre parto e puerpério. Os resultados, de maneira geral, apontam que as colaboradoras apresentam um conhecimento frágil acerca da temática, devido a uma falta de interesse das mesmas, bem como uma assistência pré-natal que não está conseguindo atingir o que preconiza o Ministério da Saúde.

As participantes deste estudo tinham em média 14 anos de idade, iniciaram a vida sexual cedo, vivem em uma união estável com renda familiar precária, menos de um salário mínimo, conhecem sobre anticoncepcionais, porém utilizam de maneira incorreta. No que concerne ao parto e puerpério foi possível observar que as mesmas apresentam conceitos errôneos sobre esse tema e seus questionamentos giram em torno de si mesma, poucas relatam preocupações com o recém-nascido.

Através dos discursos dos sujeitos coletivos formulados partir da fala das colaboradoras, pode-se perceber que as informações recebidas por elas durante as consultas de pré-natal ainda estão sendo repassadas de maneira fragmentada e incompleta. Compreendemos que essas ações devem ser analisadas pelos profissionais de saúde, visto que o parto e puerpério são experiências transformadoras na vida das adolescentes que podem gerar sentimentos positivos e negativos, cabendo ao profissional ser um mediador de informações corretas para que assim essas jovens possam se emponderar da sua nova condição de mãe e mulher.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília (DF), 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 27 de abril de 2015

BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades**. Brasília: Unicef, 2011. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf . Acesso em 17 de abril de 2015. BRASIL. Fundo das Nações Unidas para a Infância. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidade e superar desigualdades**. Brasília: Unicef, 2011. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/br_sabrep11.pdf . Acesso em 17 de abril de 2015.

CABRAL, F.B; OLIVEIRA, D.L.L.C de. Vulnerabilidade de puérperas na visão de equipes de saúde da família: ênfase em aspectos geracionais e adolescência. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v.44, n.2, p.368-375, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n2/18.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

DIAS, A.C. G; TEIXEIRA, M.A.P. Gravidez na Adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. **Paideia**, Rio Grande do Sul, v.20, n, 45, p.123-131, jan-abr, 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2010000100015>. Acesso em: 29 de abril de 2015.

EISENTEIN, E. Adolescência: definições, conceitos e critérios. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.6-7, jun./2005. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=167. Acesso em 02 de abril de 2015.

FERREIRA, M.M da. S. R dos. S.F; TORGAL, M.C. L de. F.P.R. Estilos de vida na adolescência: comportamento sexual dos adolescentes portugueses, **Rev. Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v.45, n.3, p. 585-95,2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342011000300006>. Acesso em 12 de maio de 2015.

FILHO, F. P; et al. Perfil epidemiológico da grávida adolescente no município de Jundiá e sua evolução em trinta anos. **Adolesc. E Saúde**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p 21-27, jan/mar, 2011. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=261. Acesso em: 07 de abril de 2016.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br> . Acesso em 10 de abril de 2015.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos)**. 2. ed. Caxias do Sul, RS: Educs, 2005

MORAES, S. P de; VITALLE, M.S de, S. Direitos Sexuais e Reprodutivos na Adolescência. **Rev. Assoc. Med. Bras**, São Paulo, v.58, n.1, p.48-52, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-42302012000100014> . Acesso em 10 de abril de 2015.

MOTA, E.M; et al. Sentimentos e expectativas vivenciados pelas primigestas adolescentes com relação ao parto. **Rev. Rene**, Fortaleza, v.12, n.4, p. 692-698, Out/ dez, 2011. Disponível em: http://www.revistarene.ufc.br/vol12n4_pdf/a05v12n4.pdf. Acesso em 06 de abril de 2016.

NERY, I. S; et al. Reincidência da gravidez em adolescentes de Teresina, PI, Brasil. **Rev. Bras. enferm**, Brasília, v. 64, n. 1, p 31-37, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672011000100005>. Acesso em 06 de abril de 2016.

OLIVEIRA, A. S. S de; et al. Percepção de mulheres sobre a vivência do trabalho de parto e parto, **Rev. Rene**, v.11, Número especial, p. 32-41, 2010. Disponível em: http://www.revistarene.ufc.br/edicao especial/a04v11esp_n4.pdf. Acesso em: 06 de abril de 2016.

PEREIRA, R da. R; FRANCO, S. C; BALDIN, N. Representações sociais e decisões das gestantes sobre a parturição: protagonismo das mulheres. **Saude soc**, São Paulo, v.20, n.3, p.579-589. Jul/ Set, 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902011000300005>. Acesso em 07 de abril de 2016.

TAY, S.K. Sexualidade na Adolescência: uma perspectiva de Singapura. **Adolescência e Saúde**, Rio de Janeiro, v.10, supl.2, p.61-64, maio, 2013. Disponível em: http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=407 . Acesso em 07 de abril de 2015.

SILVA, M de. F. **Sexualidade e gravidez da adolescência**. 2011. 36f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização), Universidade Federal de Minas Gerais, Campos Gerais, 2011. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/3005.pdf>. Acesso em: 10 de abril de 2016.

STEFANELLO, J; NAKANO, A. M. S; GOMES, F. A. Crenças e tabus relacionados ao cuidado no pós-parto: o significado para um grupo de mulheres, **Acta, Paul Enferm**, São Paulo, v. 21, n. 2. p. 275-281, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v21n2/pt_a07v21n2.pdf . Acesso em: 10 de abril de 2016.

TEIXEIRA, R. C; MANDÚ, E. D. T. Necessidades e cuidados no pós-parto na visão de trabalhadores da saúde da família. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v.11, n.2, p. 275-283, abr/jun, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/viewFile/16562/pdf>. Acesso em: 07 de abril de 2016.

ANEXOS

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ALCIDES CARNEIRO / UNIVERSIDADE FEDERAL DE		
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP		
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA		
Título da Pesquisa: ADOLESCÊNCIA E GESTAR: PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES GRÁVIDAS SOBRE O PARTO E O PUÉRPÉRIO		
Pesquisador: Cibylla Marcos Bernardo de Lima		
Área Temática:		
Versão: 2		
CAAE: 51777150.0000.5182		
Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE		
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio		
DADOS DO PARECER		
Número do Parecer: 1.404.209		
Apresentação do Projeto:		
Este estudo será um Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal de Campina Grande, Campus CUIÉ, e visa conhecer e analisar a percepção de adolescentes grávidas sobre o parto e puerpério. Abordagem descritiva como qualidades do tipo exploratória e descritiva a luz do Discurso do Sujeito Coletivo.		
Objetivo da Pesquisa:		
Objetivo Primário:		
* Conhecer e analisar a percepção de adolescentes grávidas sobre o parto e puerpério.		
Objetivo Secundário:		
* Caracterizar o perfil sócio demográfico e gineco-obstétrico das colaboradoras;		
* Identificar os meios de informação sobre parto e puerpério que as adolescentes tiveram acesso;		
* Apreender os medos, ansiedades e dúvidas sobre parto e puerpério nas perspectivas das adolescentes;		
* Apresentar estratégias que possam contribuir para melhor esclarecimento do parto grávidas.		
Avaliação da Risco e Benefício:		
descrito pela pesquisadora como Riscos:		
- A colaboradora desta pesquisa poderá passar pelo risco de desconforto ao responder algum		
Endereço: Rua Dr. Carlos Chagas s/n		
Cidade: São José		
UF: PB		
Município: CAMPINA GRANDE		
CEP: 53.101-870		
Telefone: (35)210 1-2545		
Fax: (35)210 1-2529		
E-mail: cep@uocuietq.edu.br		

Página 2 de 2

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-134-3

